



MEMÓRIA, DITADURA MILITAR E CATARSE: ÊNIO CABRAL, UM PROFESSOR COMUNISTA NO INTERIOR DO BRASIL

MEMORY, MILITARY DICTATORSHIP AND CATHARSIS: ÊNIO CABRAL, A COMMUNIST PROFESSOR IN THE INTERIOR OF BRAZIL

Gabriel Marques Fernandes*

Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM

 <https://orcid.org/0000-0002-2194-4276>

gabrielmf027@gmail.com

Em 07 de julho de 2023, a deputada estadunidense, democrata, Alexandria Ocasio-Cortez (AOC), solicitou ao Departamento de Estados dos Estados Unidos a liberação de documentos da inteligência americana relacionados à ditadura militar brasileira dentre os anos de 1964 e 1985. O objetivo é, para além de investigar o apoio dos Estados Unidos da América (EUA) ao Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil, como já vem sendo requisitado pelo brasilianista James Green, evidenciar o “[...] envolvimento dos militares brasileiros em assassinatos, torturas, desaparecimentos e prisões arbitrárias, bem como sobre a morte de indígenas por violência direta ou negligência” (BRASIL, 2023).

Tal acontecimento nos faz questionar: como anda a política de memória em torno da ditadura militar no Brasil? E, quando digo “política de memória”, me refiro à liberação de documentos restritos para pesquisa, à construção da memória histórica no senso comum e, também, à historiografia brasileira sobre o tema.

* Doutorando em Educação, Arte e História da Cultura no Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura do Centro de Educação, Filosofia e Teologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie (PPGEAHC/CEFT/UPM) - linha: Culturas e Artes na Contemporaneidade.

Para investigarmos um pouco sobre essa questão, acho relevante refletirmos sobre o livro *Educação, Utopia & Ditadura Militar: um professor comunista no interior do Brasil* (2019). A obra, publicada pela Editora Appris, é fruto de uma adaptação da tese de doutorado em Educação¹, defendida, em 2015, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pelo Prof. Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes², e teve como intuito pesquisar

[...] a trajetória do professor catedrático de História Ênio Cabral por meio do Inquérito Policial Militar que lhe foi impetrado no ano de 1964, com vistas a compreender como suas ideias de esquerda e sua atuação nos quadros políticos do PCB geraram atritos com a elite agrária da cidade de Aquidauana, que, em função de sua tradição mandonista, expressou seu apoio à Ditadura desde os momentos iniciais do golpe (GOMES, 2019, p. 241).

Mas, o que levou o pesquisador, por volta de 2011, a se interessar por esse assunto?

Eu estava fazendo doutorado na UNICAMP e eu morava no Pará, então eu estudava Escolas da Várzea, que eram as escolas ribeirinhas, que eram muito interessantes. Quando eu vim para Mato Grosso, né [...], que eu virei professor no Mato Grosso, eu tive que mudar de tema, porque eu não tinha como fazer a pesquisa no Pará; porque eram escolas ribeirinhas que eu tinha que ir de barco por 12 horas para encontrar as pessoas, etc., então não tinha jeito. E aí eu fiquei procurando um tema; e aí eu li uma obra que falava um pouco desse contexto da ditadura, porque a ditadura militar, no caso do Mato Grosso, existe pouquíssimos trabalhos, né. O trabalho do professor Eudes Fernando Leites, que é lá de Dourado, da professora Suzana Arakaki, do professor Fausto Mato Grosso, que é de Campo Grande, e a Arakaki que é da região de Dourado ali, mas é de uma outra cidade, chamada Amambai. E isso me instigou pra pensar o seguinte: olha, quando se fala em ditadura tem uma bibliografia muito vasta, inclusive eles vivem brigando porque cada um tem uma perspectiva; mas e os interiores, como essa ditadura ocorreu ali? (COLÓQUIO, 2019, 85' 21" - 86' 27").

¹ A tese de doutorado de Gomes foi orientada pelo Prof. Dr. José Luís Sanfelice e postada, no repositório institucional da universidade, sob o título *Revolução e Utopia: embates de um professor comunista em Aquidauana durante a Ditadura Militar (1964 – 1985)* (2015). Em uma breve análise do sumário do material, entre tese e livro, vemos que o Capítulo 3 da tese, “Educação, Hegemonia e Contra-Hegemonia em Aquidauana nos anos 1960”, onde Gomes apresenta “[...] um panorama da educação na década de 1960, procurando demonstrar como a perseguição aos professores durante a ditadura militar foi intensa” (GOMES, 2015, p.27), é elidido no livro – do restante, de forma aparente, mantém-se grande parte da estrutura do texto desenvolvido na tese.

² Atualmente, segundo a Currículo Lattes, o Prof. Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes, graduado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (1997), mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2000) e Doutor em Educação pela UNICAMP (2015), é, para além de voluntário do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio, docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), sendo docente do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais e do Programa de Pós-Graduação em Educação, desenvolvendo pesquisas em torno dos temas de História e Ditadura, Educação e Comunismo, Gênero e Sexualidade e Estudos Culturais.

Diante dessa fala de Gomes durante o *I Colóquio de História: Os desafios do ensino e pesquisa em História no século XXI*, que ocorreu na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Assis, em 2019, temos alguns dados sobre a construção de sua pesquisa: 1) existe uma troca de tema ao longo do doutorado, fazendo com que Gomes tenha que se familiarizar com uma nova temática de forma rápida; 2) seu problema de pesquisa advém de um método de recorte influenciado pela historiografia francesa (DE LUCA, 2020), onde o problema é construído por meio da identificação de lacunas de estudos em torno da historiografia de um tema, partindo, posteriormente, para escolha de “objetos” e fontes de pesquisas adequadas que deem conta de responder às questões condutoras do trabalho.

Logo, é louvável a carga de leitura historiográfica que Gomes demonstra em *Educação, Utopia & Ditadura Militar*³, apontando o lugar social (CERTEAU, 2011) da historiografia tradicional sobre o regime militar, ancorada no eixo Rio de Janeiro (RJ) – São Paulo (SP), mas, indo além, questionando a memória histórica (VESENTINI, 1997) sobre os interiores ao longo da ditadura, por meio de frases como: “aqui não aconteceu nada disso” ou “na época da ditadura tudo era melhor”.

Essas afirmações são motivadas [...] pelo medo que os militares impuseram sobre a maioria da população, fazendo, assim, com que se silenciasse sobre o processo, a ponto de introjetar a memória positiva que os militares buscaram construir sobre o período. Nesse sentido, ela suplantou as diversas histórias de tortura, repressão e silenciamentos que ocorreram em diversos rincões brasileiros, a exemplo de Aquidauana (GOMES, 2019, p. 12)

Com a negligência da memória histórica propagada no senso comum em torno dos interiores, dos cotidianos do regime militar, pela historiografia do eixo RJ-SP, o livro de Gomes tem uma função política, como destaca Sanfelice (2019), no prefácio da obra, de não esquecimento dos assassinatos, torturas, desaparecimentos, prisões arbitrárias, em cidades como Aquidauana ao longo desse período. Essa é a hipótese de Gomes: a violência e repressão, assim como a resistência e oposição, não estavam só nos grandes centros. Para demonstrar, então, tal colocação, o pesquisador necessitaria de três coisas:

³ Segundo Gomes, sua reflexão soma-se “[...] aos esforços de outros historiadores que já trilharam esse caminho de investigar a história dos efeitos da Ditadura na Região Sul do mato grosso. Dentre eles, podemos destacar os trabalhos de Altemir Luiz Dalpiaz (2008) sobre *A construção da identidade cultural do professor durante o regime militar no Brasil – 1964 a 1985*; Suzana Arakaki (2015), *As Implicações Do Golpe Civil-Militar No Sul De Mato Grosso: Apoio Civil, Autoritarismo E Repressão (1964 – 1969)* e Eudes Fernando Leite (2009) em *Aquidauana: a Baioneta, a Toga e a Utopia nos Entremeios de uma Pretensa Revolução* que se constituiu em grande inspiração para este trabalho”(GOMES, 2019, p. 19).

definir seu “objeto” de estudo, selecionar suas fontes e construir sua ferramenta teórico-metodológica.

Vem, então, o seguinte entrave: como trabalhar com documentos do período da ditadura militar no Brasil, tendo em vista que existe uma dificuldade de acesso aos pesquisadores (GOMES, 2019), já que a Lei da Anistia (nº 6.683) concede uma “anistia ampla geral e irrestrita”, liberando pioneiros políticos e perdoando torturadores. Essa força legal desencadeia uma arquitetura burocrática que restringe o acesso documental – impedindo a construção de saberes sobre o regime. Com a Lei 12.528, de novembro de 2011, que cria a Comissão da Verdade, “[...] os documentos classificados como secretos não podem ser publicamente divulgados” (JOFFILY, 2012, p. 133). Entretanto, o Artigo 4, inciso II, da lei, abre a brecha para requisitar documentos que a existência, oficial, são negadas; mas que, em na realidade, encontram-se nas mãos de particulares.

Tal realidade é vivida no levantamento documental de Gomes, que buscava os processos em torno de Ênio Cabral, professor de História em Aquidauana – seu “objeto” de estudo na pesquisa:



[...] tomei conhecimento de que havia ocorrido processo contra alguns sujeitos, né, na cidade de Aquidauana; e eu fui ao fórum atrás do processo e queria saber desse processo. Então, eu digo que a minha pesquisa começou como aquele filme: *Uma cidade sem passado*, porque a cidade de Aquidauana nunca tratou da ideia da ditadura. Naquela cidade maravilhosa não ocorreu ditadura lá. Se você for perguntar para as pessoas, isso não ocorreu. [...] Quando eu cheguei no fórum, a secretária disse: “olha, esse processo já não existe mais, então: desista”. E aí, um dia caminhando lá na cidade, um senhor me para de carro e me chama, eu falei: “quem será esse homem?”; já fiquei suspeitando das intenções daquele senhor. Mas, enfim, ele disse: “você estava no fórum hoje?”; eu falei assim - “estava”, pensei, será que já começou a perseguição? [...]. Ele falou: “eu sei onde está o processo que você quer”. (COLÓQUIO, 2019, 86’28” - 87’ 37”).

Tendo em mãos, após fazer uma petição, com ajuda dessa figura desconhecida, que conversou com o juiz de Aquidauana, o Inquérito Policial Militar (IPM), Gomes passou a investigar os vestígios da trajetória de Ênio Cabral, um professor comunista. Diante disso, o pesquisador tinha uma importante tarefa, que é recorrente em trabalhos da Biografia Histórica, apesar do livro aqui resenhado não ser uma, como vemos na obra de Benito Schmidt (2011), Gilberto Velho (2013), Rosângela Patriota (2018), François Dosse (2016), Sabina Loriga (2011), Carlo Ginzburg (2006), dentre outros: pensar uma maneira de estabelecer a relação entre o sujeito e sua materialidade/circunstância.

Como Gomes se situa, em sua obra, no campo do materialismo histórico-dialético, recorre a *Tempos interessantes* (2002), de Eric Hobsbawm, compreendendo

que “[...] o entrelaçamento da vida de uma pessoa com sua época e a interpretação das duas coisas ajudaram de maneira mais profunda a dar forma a uma análise histórica que, espero, a tenha tornando independente de ambas” (HOBSBAWM *apud* GOMES, 2019, p. 26). Com isso, a obra busca “[...] entender a trajetória de Ênio Cabral e sua experiência como sujeito histórico, professor e militante comunista, atravessada pela conjuntura econômica, política e social” (GOMES, 2019, p. 26).

Quais outras fontes Gomes usa para historicizar a trajetória de Ênio em Aquidauana? Para além dos rastros do tempo no IPM, Gomes usa a revista *Brasil-Oeste* como fonte, com o intuito de “[...] demonstrar o que as elites desejavam para o Estado de Mato Grosso” (SANFELICE, 2019, p. 10). Logo, entendo que *Educação, Utopia & Ditadura Militar*, por meio do IPM e da *Brasil-Oeste*, coloca Ênio Cabral em seu tempo histórico, com o objetivo principal de, para além de suprir uma lacuna historiográfica, investigar a postura de Ênio como educador, demonstrando que ele entrava em conflito com a hegemonia, no sentido gramsciano⁴, de sua cidade.

Considerando os critérios de sua pesquisa, Gomes desenvolveu seu livro em três capítulos. No capítulo 1, “Embates de um professor comunista contra a ditadura em Aquidauana”, Gomes apresenta Ênio Cabral e a “[...] perseguição que sofreu como educador comunista ao resistir ao modelo de sociedade dominante” (GOMES, 2019, p. 13).

Dois pontos de sua argumentação chamaram minha atenção. No subcapítulo “As contradições da política em Aquidauana: Ênio Cabral, comunista e vereador pela UDN?”, nos questionamos, ao longo da leitura, como um sujeito de formação comunista poderia fazer parte da União Democrática Nacional (UDN)? Tal dado demonstra que, em uma vida, não há uma lógica predefinida: seres humanos são complexos. Para Gomes, essa situação se explica por conta das relações políticas de Aquidauana, onde “[...] as questões políticas na cidade eram resolvidas muito mais em função de relações de compadrio e amizade que por questões ideológicas – traço talvez característico da política nos interiores do país” (GOMES, 2019, p. 51).

⁴ Segundo o *Dicionário Gramsciano* (2017), organizado por Guido Liguori e Pasquale Voza, o conceito de hegemonia, em Antonio Gramsci, mobiliza as concepções de dirigente e dominante. Ou seja, os costumes, a cultura, de uma classe vencedora do processo histórico dirige, aponta sentidos e expectativas, de uma sociedade. Gomes, em sua obra, utiliza a leitura de Raymond Williams de Gramsci, compreendendo que Ênio Cabral buscava construir uma contra hegemonia - isso significa: “ver e criar, por meio da organização, uma hegemonia proletária que seria capaz de ameaçar a hegemonia burguesa” (WILLIAMS *apud* Gomes, 2005, p. 43). Por isso Ênio, em suas aulas, mostrava uma perspectiva de visão de mundo distinta da modernização conservadora de Aquidauana, contribuindo para criticar a hegemonia vigente, em uma disputa em torno da formação cultural dos futuros cidadãos da região.

Já no subcapítulo “Ênio Cabral e seus Detratores”, temos contato, direto, com as fontes de Gomes. Aqui, é impossível, para pesquisadores e professores que estavam envolvidos com os debates políticos nacionais dos últimos anos não lembrarem o Escola Sem Partido, tendo em vista que não existiam provas materiais para que Ênio fosse condenado⁵, então, o inquérito se findou em testemunhos de colegas, alunos e pais, além de especulações sobre a vida privada de Ênio e, também, seu repertório de leitura – só faltaram os vídeos recortados de celulares em baixa definição.

No capítulo 2, “A modernização conservadora e o combate à utopia comunista no centro-oeste brasileiro”, Ênio sai de cena, para, assim, mergulharmos em seu meio, Aquidauana, através de interpretações da revista *Brasil-Oeste*. Gomes trata, nesse capítulo, do

[...] processo de modernização da Região Centro-Oeste como uma consequência do nacional-desenvolvimentismo e da Marcha para o Oeste, com o intuito de demonstrar como o conservadorismo no plano econômico e social condicionou também a política e a educação e produziu na região condições para instauração de regime autoritários (GOMES, 2019, p. 13).

Considerando esses resultados, é no subcapítulo “O combate ao pensamento comunista na *Brasil-Oeste*”, que vemos como as forças da modernização conservadora, constroem uma memória histórica de um comunismo que, na realidade, está vinculado com o conflito de terras na região – o comunista é aquele que defende a reforma agrária. O medo das reformas de base de João Goulart era tanto que a *Brasil-Oeste* usou de estratégias de *fake news* para conduzir seu público leitor, destacando, em 1964, que a Petrobrás era um soviete.

Se a imprensa educava a opinião pública dos adultos, as escolas, por sua vez, ocupavam-se na construção de futuros cidadãos afinados à ideologia ruralista da modernização conservadora em Aquidauana. Entretanto, como Gomes destaca no subcapítulo “Da modernização conservadora à instituição do regime militar e alguns de seus impactos na educação”, por mais que a educação servisse, em medida, para controlar a construção dos costumes dos futuros cidadãos do Brasil, existiam professores que eram resistência, que contrapunham-se ao regime, buscavam construir uma contra hegemonia: esse é o caso de Ênio Cabral – que, assim como outros profissionais da

⁵ Segundo as alegações do juiz que constavam no IPM, Ênio Cabral estava sendo investigado por “Tentativa de reorganização do extinto PCB. Contribuição favorável a entidades ilegais, como o PCB. Propaganda da ordem política e social. Incitações da classe social a luta pela violência” (GOMES, 2019, p. 228).

educação no Brasil, foram resistência e oposição ao regime (Aquidauana não estava alheia à ditadura militar: figuras como Ênio existem, a repressão também existia).

Após o conflito entre tese e antítese, entre Ênio e Aquidauana, Gomes constrói a síntese de sua tese no capítulo 3, “Ênio Cabral e seus embates com os aparelhos repressivos do Estado”, em que procura

[...] visualizar como o Estado e seus representantes compreenderam de maneira contraditória as ações de Ênio e dos demais comunistas daquele período a partir do debate travado entre acusação e defesa, entendendo-o como uma disputa, não meramente jurídica, mas sim entre dois projetos contraditórios de sociedade, ou seja, entre capitalistas e socialistas. (GOMES, 2019, p. 14).

Diante desse capítulo, não nos resta dúvida sobre a existência do regime militar no interior do Brasil. O uso de tortura física e psicológica para conseguir a confissão de Ênio Cabral, mesmo sem provas, foi um dos fatores para transformar hipótese de Gomes em tese. Para além disso, a parcialidade de promotores e juízes no inquérito contra Ênio se transformou em um processo, arrastando-se até 1985 - “Ênio Cabral, mesmo não tendo cometido nenhum crime que pudesse ser provado, teve sua vida transfigurada pela ditadura durante todo o período de sua vigência” (GOMES, 2019, p. 238).

Ênio que, por meio da educação, via uma possibilidade de transformação social, não pôde mais atuar no magistério. Por ter participado de um inquérito e processo, em Aquidauana, uma cidade conservadora, foi considerado subversivo e teve dificuldades em se reinserir no mercado de trabalho e, também, na sociabilidade da vida urbana. Entretanto, mesmo com impactos profissionais e emocionais, Ênio defendeu seus valores com coragem, sem nunca negar suas posições em relação ao comunismo, reforma agrária e suas expectativas para o Brasil.

Ao longo da leitura de *Educação, Utopia & Ditadura Militar*, podemos perceber, como destacado ao longo da resenha, a continuidade de diversos comportamentos autoritários e injustos na sociedade brasileira (como a Escola Sem Partido, o uso de *fake news* em meios de comunicação de massa). Isso é um sintoma de uma política de memória frágil em nosso país. Como Gomes aponta, Ênio, tendo sido vítima da ditadura militar no Brasil, tenta entrar com o processo para ser indenizado pela Lei da Anistia, entretanto, a ação é negada:

[...] eu tive acesso à ação. Negam a ação dele porque não ficou configurado, não ficou claro, que ele merecia a indenização. Isso abre para nós uma discussão muito interessante, no caso da Anistia brasileira, que, ao contrário da Argentina, que conseguiu fazer ruma catarse pública pelos crimes cometidos pelos militares, e a sociedade argentina tomou isso como um dever cívico de passar essa história a

limpo e punir os culpados, no caso brasileiro, como tudo, como a maioria das coisas que ocorrem no Brasil, nós, de certa maneira, mascaramos essa discussão (COLÓQUIO, 2019, 90'29" - 91' 10").

O trabalho do Prof. Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes é uma leitura fundamental para aqueles que, assim como ele, querem dar um passo no processo de catarse dos traumas que a democracia brasileira herda, até os dias de hoje, do regime militar, questionando a memória histórica que paira no senso comum, rompendo com os lugares sociais de uma historiografia narcisista. Entretanto, é truísmo que os pesquisadores das Ciências Humanas não conseguirão desenvolver suas reflexões sem acesso às documentações.

Portanto, é necessário que, assim como Alexandria Ocasio-Cortez, uma deputada, nos EUA, o fez, solicitando acesso aos arquivos restritos, a classe política brasileira também se interesse em construir uma política de memória séria no Brasil, indo para além do contentamento que a Lei da Anistia gera - só assim superaremos, de maneira adequada, nossos cacoetes autoritários que tanto aumentam a desigualdade social e violência em nosso país.



www.revistafenix.pro.br

REFERÊNCIAS

BRASIL 247. Deputada americana pede que EUA abram arquivos sobre a ditadura brasileira. **Brasil 247**, 06 jul. 2023. Disponível em: <https://www.brasil247.com/mundo/deputada-americana-pede-que-eua-abram-arquivos-sobre-a-ditadura-brasileira>. Acesso em: 13/07/2023.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. São Paulo: Forense Universitária, 2011.

COLÓQUIO História UNESP. **Perseguição à docência na ditadura militar brasileira - Prof. Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes**. Youtube, 10 dez. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qW5pjEauLm4>. Acesso em: 13/07/2023.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: EDUSP, 2016.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Aguinaldo Rodrigues. **Educação, Utopia & Ditadura Militar: um professor comunista no interior do Brasil**. Curitiba: Editora Appris, 2019.

GOMES, Aguinaldo Rodrigues. **Revolução e Utopia: embates de um professor comunista em Aquidauana durante a Ditadura Militar**. 2015. 305 f. Doutorado (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/958798>. Acesso em: 13/07/2023.

HOBBSAWM, Eric. **Tempos Interessantes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JOFFILY, Mariana. Direito à informação e direito à vida privada: os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 25, p. 129-148, 2012.

- LIGUORI, Guito; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LORIGA, Sabina. **O pequeno X: da biografia à história**. São Paulo: Autêntica, 2011.
- PATRIOTA, Rosângela. **Antonio Fagundes no palco da História: um ator**. São Paulo: Perspectiva, 2018.
- SANFELICE, José Luís. Prefácio. *In*: GOMES, Aguiinaldo Rodrigues. **Educação, Utopia & Ditadura Militar: um professor comunista no interior do Brasil**. Curitiba: Editora Appris, 2019, p. 9-10.
- SCHMIDT, Benito Bisso. História e biografia. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2011, p. 187-205.
- VELHO, Gilberto. Trajetória Individual e campo de possibilidades. *In*: VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 31 - 48.
- VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica**. São Paulo: Hucitec, 1997.



www.revistafenix.pro.br

RECEBIDO EM: 28/07/2024
PARECER DADO EM: 30/08/2024